

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 822/XV/1.<sup>a</sup>

### PROGRAMA NACIONAL PARA REDUÇÃO DE PERDAS DE ÁGUA

#### Exposição de motivos

A situação de seca verifica-se em todo o território de Portugal continental e está a agravar-se. Em maio, as regiões Norte e Centro encontravam-se em seca moderada e a região Sul em seca severa ou extrema. Todas as bacias hidrográficas estão em estado de seca; no último ano, as bacias a sul nunca deixaram de o estar.

Nas últimas décadas, em Portugal e Espanha, a precipitação diminuiu cerca de 15%, prevendo-se que essa diminuição se acelere até ao final do século. Os estudos são claros: tanto a pluviosidade como os caudais vindos de Espanha continuarão a diminuir. Nos cenários traçados pelos atuais Planos de Gestão dos Recursos Hídricos do Mira, Sado, Guadiana e Ribeiras do Algarve, a futura redução de disponibilidade nestas bacias é estimada acima de 50%.

Perante este quadro, há erros fundamentais a evitar na tomada de decisões: desvalorizar a diminuição da disponibilidade de água como um fenómeno episódico; adotar políticas que visem proporcionar o aumento do consumo de água em setores não essenciais ou em que alternativas com uso eficiente da água existem, como o caso do regadio na agricultura, sem corrigir assimetrias territoriais; secundarizar as políticas de gestão da procura a nível setorial.

A agricultura consome mais de 75% da água captada em Portugal, sendo que apenas 15% da área agrícola é irrigada. Esta pequena fração, em que domina a agricultura intensiva e super-intensiva - de elevado valor económico mas com pouco contributo para emprego local de qualidade, alimentação saudável e desenvolvimento rural - consome (e contamina) larga parte dos recursos hídricos disponíveis. Salvo medidas pontuais de contenção do consumo de água em períodos de maior escassez, como a recente moratória

a novas culturas de abacate no Algarve ou de frutos vermelhos no Alentejo, o que está previsto é a expansão da área de regadio em 127 mil hectares e a manutenção dos subsídios públicos, com a cobrança da água muito abaixo do seu custo. Tudo em nome de um modelo agrícola sem futuro, por mais eficiente ou verde que se apresente. A expansão do regadio serve os lucros de uns poucos empresários (à custa dos milhões da PAC), mas não serve objetivos de assegurar uma alimentação acessível, saudável e sustentável e a democratização dos sistemas alimentares, ou seja, a soberania alimentar de Portugal: 90% das áreas regadas com água do Alqueva são de produção intensiva de azeite e amêndoa para exportação.

Estes interesses definem o debate público sobre a questão da água, centrando-o nas grandes obras impostas pelo aumento do regadio: mais barragens, transvases das bacias de norte para sul, dessalinização. Ora, a artificialização dos cursos de água está legalmente condicionada à inexistência de alternativas viáveis e os rios e restantes massas de água devem ter boa qualidade química e ecológica, independentemente das utilizações humanas, com caudais ecológicos e a continuidade fluvial. Além disso, há outras atividades económicas, como a pesca, o turismo, entre outras valências, que dependem da manutenção das condições naturais dos cursos de água e das bacias hidrográficas.

Note-se que Portugal não está a cumprir a Diretiva Quadro da Água que obriga que todas as massas de água atinjam o Bom Estado Ecológico em 2027. Verifica-se que 45% das águas superficiais não atingem este objetivo, nem tem havido uma melhoria entre ciclos de planeamento. Nas águas subterrâneas, descem os níveis freáticos nos principais aquíferos do país e, em casos como o do Algarve, há intrusão salina. O aumento das áreas regadas irá agravar esta situação.

O debate necessário é, pois, sobre a diminuição do consumo global de água, uma melhor distribuição do acesso para consumos fundamentais e a recuperação de práticas que permitam regenerar e reter água, designadamente na agricultura. Com esse objetivo, o Bloco de Esquerda propõe políticas responsáveis para combater a escassez da água em torno de três áreas fundamentais: gestão dos recursos hídricos, investimento na alteração dos modos de produção e redução das perdas de água. A urgência desta intervenção é acentuada pela oportunidade do recurso combinado aos fundos da PAC e do PRR.

Com este Projeto de Resolução, o Bloco de Esquerda propõe um programa nacional de investimento nos sistemas de captação e distribuição para redução de perdas de água.

Boa parte da água captada tem destino desconhecido, mesmo quando entra em sistemas de distribuição, sobretudo devido a perdas reais que se devem, na maioria dos casos, à reduzida manutenção e reabilitação das condutas de água. Esta situação agravou-se nos últimos anos, de acordo com os dados da Entidade Reguladora, resultando numa insuficiência com perdas de cerca de 197 milhões de metros cúbicos de água na rede.

A drástica redução das perdas de água é uma transformação estrutural inadiável. Bastaria atingir a meta dos 10% a 15% de perdas no ciclo urbano da água (valores inferiores verificam-se já em muitos países do centro e norte da Europa) para se poder dispensar a construção de dessalinizadoras (altamente poluentes pela introdução de salmoura na zona costeira, afetando pescas, e pelos elevados consumos de combustíveis fósseis).

Os planos de redução de perdas e de eficiência dos sistemas urbanos de abastecimento de água, já projetados nalgumas zonas do sul, como o Algarve, devem ser generalizados a todo o território. Há necessidade de se apoiar o investimento na reabilitação, cadastro e otimização da gestão dos serviços em baixa.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que mobilize fundos do PRR e outros para a criação de uma linha de financiamento para intervenções nos sistemas de distribuição de água, de todo o território nacional, com vista à redução das perdas de água.

Assembleia da República, 30 de junho de 2023.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,

Pedro Filipe Soares; Mariana Mortágua;  
Catarina Martins; Isabel Pires; Joana Mortágua